

RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.521 - PE (2019/0311352-0)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : **CARLOS HEINZ WOLF**
ADVOGADO : **JOSÉ FRANCISCO DA SILVA - SP088492**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por CARLOS HEINZ WOLF, fundamentado na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região que desproveu a apelação da defesa e manteve sua condenação pela prática do crime previsto no art. 1º, I, da Lei n. 8.137/1990, c/c os arts. 70 e 71 do Código Penal.

Depreende-se dos autos que o recorrente foi denunciado pela prática do crime de sonegação fiscal, uma vez que, na qualidade de administrador da sociedade empresária Fitoherb Nordeste Distribuidora Ltda., omitiu informação e prestou declarações falsas à Receita Federal do Brasil, por meio da Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ do ano calendário de 2004 e de Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF, com redução de tributos que perfazia, em 29/4/2009, crédito tributário no valor de R\$ 635.496,94 (seiscentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e noventa e seis reais e noventa e quatro centavos) – e-STJ fls. 2-7.

Julgada procedente a ação penal, o réu foi condenado por infração ao art. 1º, I, da Lei n. 8.137/1990, c/c os arts. 70 e 71 do Código Penal, motivo por que lhe foram cominadas as penas privativa de liberdade de 3 (três) anos, 1 (um) mês e 15 (quinze) dias de reclusão, sob regime inicial aberto, substituída por duas restritivas de direitos, e de 100 (cem) dias-multa, à razão de 2/5 (dois quintos) do salário mínimo vigente à época dos fatos – e-STJ fls. 241-271.

Em grau de apelação, o Tribunal de origem manteve na íntegra o decreto condenatório expedido no primeiro grau de jurisdição (e-STJ fls. 425-458).

Nas razões do recurso especial, a defesa reputa contrariados os arts. 1º, 59 e 109, V, do Código Penal, bem como o art. 5º, XXXIX e LV, da Constituição Federal (e-STJ fls. 518-532).

Sustenta, em primeira análise, a atipicidade penal dos fatos cuja prática lhe foi imputada, ao argumento de que não se comprovou o elemento subjetivo exigido pelo art. 1º, I, da Lei n. 8.137/1990, isto é, o dolo de suprimir ou reduzir tributos mediante a omissão de informações ou a prestação de declaração falsa à autoridade fazendária. Defende que, segundo a prova testemunhal coligida aos autos, ficou demonstrado o envolvimento do recorrente na administração da sociedade empresária autuada pela Receita Federal.

Na sequência, aduz a inidoneidade do motivo considerado pela instância ordinária para atribuir valor negativo às consequências do crime e, assim, exasperar a pena-base.

Alega a desproporcionalidade da pena de multa.

Por fim, suscita ofensa ao art. 5º, LV, da CF, sob a alegação de que não teve oportunidade de exercer o contraditório e a ampla defesa no processo de constituição do

Superior Tribunal de Justiça

crédito tributário, bem como aduz a prescrição da pretensão punitiva.

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ fls. 540-547), após o juízo prévio de admissibilidade (e-STJ fl. 549), os autos ascenderam ao Superior Tribunal de Justiça.

O Ministério Público Federal, na condição de *custos legis*, manifestou-se pelo desprovido do recurso (e-STJ fls. 895-903).

É o relatório.

Satisfeitos os pressupostos de admissibilidade, passa-se ao exame recursal.

A pretensão não merece prosperar.

Inicialmente, não se conhece da alegação de ofensa a preceitos constitucionais, haja vista que esta não é a via recursal adequada para exame dessa índole, conforme se verifica a partir de simples leitura do art. 105, III, *a*, *b* e *c*, da CF.

Nessa toada:

PENAL. PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CRIME CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO. AUSÊNCIA DE PERÍCIA TÉCNICA. ABSOLVIÇÃO. RECURSO MINISTERIAL. PLEITO CONDENATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA N. 568/STJ. INCIDÊNCIA MANTIDA. ENFRENTAMENTO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO STF. ART. 102, III, A, DA CF. DISCUSSÃO INVIÁVEL NO ÂMBITO DESTA CORTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

[...]

II - Não cabe a este Superior Tribunal, ainda que para o fim de prequestionamento, proceder a eventual verificação de violação a princípio ou a dispositivo da Constituição Federal, sob pena de usurpar a competência do col. Supremo Tribunal Federal, a quem compete decidir sobre referida matéria, nos termos do que dispõe o art. 102, inciso III, alínea a, da Constituição Federal. Precedentes.

Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1825020/SC, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 22/10/2019, DJe 28/10/2019.)

E ainda:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. ERRO MATERIAL. OCORRÊNCIA. NULIDADE OCORRIDA APÓS A PRONÚNCIA. AUSÊNCIA DE ARGUIÇÃO LOGO DEPOIS DE ANUNCIADO O JULGAMENTO E APREGOADAS AS PARTES. PRECLUSÃO. INDICAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE NA PRESENTE VIA. JUNTADA DE DOCUMENTOS PELA ASSISTÊNCIA DA ACUSAÇÃO, UTILIZADOS NA SESSÃO DE JULGAMENTO. OBSERVÂNCIA DA REGRA PREVISTA NO ART.

Superior Tribunal de Justiça

479 DO CPP. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE. TESE NÃO ANALISADA PELO TRIBUNAL A QUO IMPEDE A SUA APRECIÇÃO POR ESTA CORTE SUPERIOR. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA N. 211 DO STJ. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE PROVIDO.

[...]

3. O réu aponta ofensa a normas e princípios constitucionais. Tais alegações não podem ser conhecidas, pois não são consentâneas com a competência do Superior Tribunal de Justiça, reservada, no caso de recurso especial, apenas às hipóteses do art. 105, III, da CF.

[...]

6. Agravo regimental parcialmente provido tão somente para a correção do erro material apontado.

(AgRg no REsp 1403491/RN, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 05/11/2019, DJe 12/11/2019.)

No que se refere à prova da autoria delitiva, bem como do elemento subjetivo do tipo penal violado – o dolo –, colhe-se do voto condutor do acórdão recorrido o seguinte (e-STJ fls. 449-451):

A teor dos Fundamentos minudentemente consignados na Sentença, com os quais comungo, colhe-se Prova da Autoria e Dolo do Acusado na prática do Crime contra a Ordem Tributária (artigo 1º, I, da Lei 8.137/90), verbis:

"(...)43. Feitas estas considerações, passo a apreciara AUTORIA DELITIVA, relativamente ao réu CARLOS HEINZ WOLF.

44. Na hipótese dos presentes autos, todas as provas produzidas levam a concluir que a conduta delituosa sob análise deve ser atribuída exclusivamente a ele.

45. Sabe-se que em relação à autoria nos crimes tributários, dentre os quais está a sonegação fiscal, busca-se punir quem detém o domínio do fato, isto é, quem tem o poder de decisão sobre o curso do fato dentro da administração da empresa, a exemplo de gestores, procuradores, a quem incumbe, mesmo que apenas na prática, por não estarem formalmente registrados no Contrato Social da empresa, o dever de prestar informações verídicas ao órgão fazendário, em obediência à legislação tributária vigente.

46. In casu, as provas testemunhais produzidas em Juízo evidenciam que o denunciado era de fato e de direito a pessoa que estava à frente das decisões

referentes á administração da empresa. Em que pese os depoimentos de Maria Salete Wolf, na condição de informante, tanto na fase inquisitorial quanto judicial, no quais atribui a si própria a responsabilidade da área administrativa e financeira da empresa, tendo dito que se houve alguma divergência ou irregularidade nas declarações, essas devem ser cominadas ao escritório de contabilidade da outra testemunha e ex-contador da empresa, Jadir Marinho Rocha, e este ter relatado em Juízo que lidava com Maria Salete Wolf para tratar de pagamentos de tributos, a gerência da pessoa jurídica **FITOHERB NORDESTE DISTRIBUIDORA LIDA** ficava a cargo do réu, uma vez que lhe competia os poderes decisórios para contratar e demitir empregados, autorizar a realização de compras e pagamentos e o controle do fluxo financeiro nas contas da empresa, cabendo á sua esposa Maria Salete Wolf apenas executar suas decisões (fls. 139/140 do IPL), agindo por meio de procuração aos sócios outorgada.

47. Ademais, como o próprio acusado admitiu em Juízo, o quadro societário era composto por ele e pelo seu cunhado Mário César Pinto Marinho, de modo que este só compunha a sociedade formalmente, não exercendo, por sua vez, qualquer ingerência na empresa, ficando o réu na condição de real administrador daquela pessoa jurídica no período de 2001 a 2007.

48. Conquanto a peremptória recusa de autoria por parte do réu, que tentou indigitar a responsabilidade ao contador à época dos fatos, Jadir Marinho Rocha, ao afirmar que ele era o responsável pela parte tributária da empresa, que era responsável pelo preenchimento das declarações ao Fisco, e que quem cuidava da parte financeira da empresa era a sua esposa Maria Salete Wolf, é certo que restou amplamente comprovado nos autos que não era ela quem desempenhava a gestão financeira da empresa, no sentido de decidir, mas sim limitava-se apenas a executar as determinações dadas pelo acusado, incluindo aí o pagamento de tributos.

49. Quanto á pessoa do contador, relevante

registrar as considerações que constaram no relatório policial, que não indiciou o aludido prestador de serviços pelas seguintes razões: "Ademais, observa-se das declarações prestadas por MARIA SALETE WOLF que ela reconheceu que estava entre suas atribuições a de repassar ao escritório de contabilidade os documentos contábeis inerentes á movimentação financeira da firma, o que permite concluir que tal prestação de serviço contábil era feita com base no que era informado pela empresa, afastando mais ainda qualquer responsabilidade do contador pela sonegação fiscal praticada, até por não ser possível vislumbrar, in casu, que o contador apontado seria beneficiado de alguma maneira com o pagamento a menor de tributos."

50. Depreende-se do exposto, portanto, que CARLOS HEINZ WOLF detinha o domínio final da ação, pois tinha a obrigação e a possibilidade concreta de evitar a concretização do fato delituoso e não o fez, mesmo ciente de sua ilicitude. Ê cediço que uma pessoa como o acusado, comerciante com larga experiência no ramo, conforme o próprio afirmou por ocasião de seu interrogatório, tem plenas noções do dever de prestar informações corretas às autoridades fazendárias e das conseqüências de sua inação ou fraude.

51. Não conseguiu comprovar a versão sustentada por ele, de que não detinha o domínio dos fatos, já que não foram trazidos aos autos elementos indispensáveis a esse desiderato. Tampouco se providenciou a inquirição de pessoas que pudessem afirmar, de forma segura, a tese apresentada pela defesa.

52. No sistema processual brasileiro, a mera alegação, cujo objetivo seja a escusa da responsabilidade, não tem o condão de abalar o conjunto probatório já produzido, pois, em que pese ser do Parquet o ônus de provar a imputação contida na denúncia, alegando a defesa fato novo, cumpre-lhe demonstrá-lo.

53. Dessa forma, diante das constatações registradas acima, conclui-se que restou evidenciado que o réu detinha, de fato, autonomia e poder decisórios, necessários à responsabilização

pelas condutas a ele imputadas.

54. *Por todo o exposto, tenho que ficou também plenamente evidenciada a autoria definitiva. (...)"*

63. *A jurisprudência tem reconhecido que o dolo, neste crime, é genérico, bastando a conduta "não declararA fraude se caracteriza pelo silêncio contraposto à exigência legal de declarar a ocorrência do fato gerador.*

64. *In casu, constam provas à saciedade da sonegação, importando prejuízo fiscal vultoso. Não há como o réu negar o seu dolo, tendo ciência, já que efetivamente administrava o negócio, da movimentação financeira da empresa, a qual pelos documentos da Receita Federal (fls. 10/22 do apenso I), declarou à SEFAZ/PE valores superiores aos que foram informados ao Fisco Federal.*

65. *Por essa razão, a infração penal cometida pelo réu encontra perfeita e completa descrição no inciso I do art. 1º da Lei n.º 8.137/90, que trata do crime de sonegação fiscal, atribuindo-se-lhe, em abstrato, pena de reclusão de 02 (dois) a 05 (cinco) anos e multa, (grifei)*

Com efeito, as Provas (Documentos e Depoimentos de Testemunhas) produzidas nos autos convergem, inequivocamente, para a Autoria e o Dolo do Réu, concernente à supressão ou redução de Tributos decorrente de Omissão de Receitas, porquanto, na condição de Administrador de Direito e de fato da Pessoa Jurídica FITOHERB NORDESTE DISTRIBUIDORA LTDA, tinha a Obrigação Legal e Acessória (artigo 113 do Código Tributário Nacional) de prestar as Informações Fiscais corretas, não havendo Provas de que esta atribuição teria sido repassada a Terceiros (artigo 156 do Código de Processo Penal).

Ao que se nota, após percuente exame do conjunto fático-probatório coligido aos autos, a instância ordinária concluiu que o recorrente administrava de fato a pessoa jurídica utilizada na prática do crime de sonegação fiscal e que cabia a ele as decisões relativas à gestão financeira da empresa. Considerou igualmente demonstrado o pleno domínio cognitivo dos fatos pelo réu e que este não logrou desconstituir a acusação contida na denúncia que inaugurou esta ação penal.

Com efeito, a revisão do conteúdo decisório espelhado no acórdão recorrido, a fim de acolher a tese de ausência do elemento anímico exigido pelo art. 1º, I, da Lei n. 8.137/1990, demandaria ampla e profunda incursão nas provas que compõem os autos, o

Superior Tribunal de Justiça

que, no âmbito do recurso especial, constitui medida vedada pelo óbice da Súmula n. 7/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (ART. 1º, INCISOS I e II, DA LEI N. 8.137/90 - REDUÇÃO E SONEGAÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS). PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO. PRESCINDIBILIDADE. JURISPRUDÊNCIA ASSENTE. REEXAME DE PROVAS. PRECEDENTES. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O pleito de absolvição demanda revolvimento fático-probatório dos autos, providência de todo inviável nesta instância recursal, por óbice do enunciado n. 7 da Súmula/STJ. Precedentes.

2. É firme a jurisprudência esta Corte Superior no sentido de que "os crimes de sonegação fiscal e apropriação indébita previdenciária prescindem de dolo específico, sendo suficiente, para a sua caracterização, a presença do dolo genérico consistente na omissão voluntária do recolhimento, no prazo legal, dos valores devidos" (AgRg no AREsp 469137, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 13/12/2017).

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 1123098/GO, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 19/12/2018.)

Igualmente:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. PROCESSO PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. VIOLAÇÃO DO ART. 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. NÃO OCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO CLARA E PRECISA DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXATA COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA N.º 284 DO STF. TESE DE AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE AUTORIA. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 07 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ART. 1.º, INCISO I, DA LEI N.º 8.137/90. DOLO GENÉRICO. PRECEDENTES. DESCLASSIFICAÇÃO. INVIÁVEL ANTE A EXISTÊNCIA DE EFETIVA LESÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INVIABILIDADE. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. MONTANTE EXPRESSIVO DA SONEGAÇÃO FISCAL. POSSIBILIDADE. RECONHECIMENTO DA CONTINUIDADE DELITIVA. INEXISTÊNCIA DE BIS IN IDEM. PRECEDENTES. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

Superior Tribunal de Justiça

[...]

3. A inversão do julgado, no sentido de se concluir que não há prova de autoria do crime previsto no art. 1.º, inciso I, da Lei n.º 8.137/90, demandaria reexame do conjunto fático-probatório acostado aos autos, o que encontra óbice no enunciado n.º 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

4. No que tange à alegação de ausência de dolo, o entendimento adotado pela Corte de origem está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, segundo a qual "o dolo, enquanto elemento subjetivo do tipo capitulado no art. 1.º, inciso I, da Lei n. 8.137/90, é o genérico, consistente na omissão voluntária do recolhimento, no prazo legal, do valor devido aos cofres públicos" (AgRg no AREsp 1.225.680/PR, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe de 24/08/2018).

5. Ademais, para se alcançar conclusão distinta daquela esposada pela Corte a quo no tocante à alegada inexistência de dolo na conduta dos ora Agravantes, seria imprescindível o revolvimento dos fatos e provas acostados ao caderno processual, desiderato esse inviável na via estreita do apelo nobre, a teor da Súmula n.º 07/STJ.

[...]

9. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 1307413/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 26/02/2019, DJe 15/03/2019.)

Com relação à pena-base estabelecida no caso concreto, verifica-se que a exasperação determinada pela instância ordinária levou em consideração o valor negativo das consequências do crime de sonegação fiscal, que importou para o fisco a redução substancial de impostos e contribuições que, quando constituídos definitivamente, em 29/4/2009, perfaziam o crédito tributário de R\$ 635.496,94 (seiscentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e noventa e seis reais e noventa e quatro centavos).

De fato, consoante a jurisprudência sedimentada nesta Corte Superior, é idônea a reprovação das consequências do crime, enquanto circunstância judicial do art. 59 do CP, com base no montante sonegado.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SONEGAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. ELEVADO VALOR DO PREJUÍZO. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. POSSIBILIDADE. NÃO INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 292 E N. 528 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF. PEDIDO DE CONCESSÃO DE HABEAS CORPUS DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

[...]

5. Segundo a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça,

Superior Tribunal de Justiça

admite-se a exasperação da pena-base com fundamento nas consequências do crime em razão do valor da sonegação fiscal, quando considerado expressivo (AgRg no HC 418.038/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 6/3/2018, DJe 14/3/2018).

[...]

9. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AgRg no AREsp 1419447/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 30/05/2019, DJe 11/06/2019.)

Na mesma linha:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. NULIDADE. OFENSA A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. ANÁLISE DESCABIDA. TESE DE NULIDADE. DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO NÃO INDICADO. SÚMULA 284/STF. DOSIMETRIA. CULPABILIDADE E CONSEQUÊNCIA NEGATIVAMENTE VALORADOS MEDIANTE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. É inviável a análise de afronta a dispositivos constitucionais, na via do especial, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal, tampouco a análise da tese de nulidade, quando não indicado o dispositivo legal tido por violado, nos termos da Súmula 284/STF.

2. A prática do delito de sonegação fiscal mediante terceira pessoa, denominado "laranja" justifica a exasperação da pena-base por demonstrar maior reprovabilidade.

3. O alto valor do valor sonegado constitui motivação apta a valoração negativa das consequências do delito.

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg nos EDcl no REsp 1799272/SE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 05/11/2019, DJe 11/11/2019.)

Por fim, no tocante à suposta exorbitância do valor fixado a título de multa, cumpre observar que o exame da matéria envolveria, necessariamente, o revolvimento de contexto fático-probatório para se aferir a proporcionalidade da reprimenda com a situação econômica do réu. Contudo, como é cediço, trata-se de providência própria das instâncias ordinárias, não havendo espaço para medida de igual envergadura no âmbito do recurso especial, conforme inteligência contida no óbice da Súmula n. 7/STJ.

Com esse pensamento:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONCUSSÃO. PRETENSÃO ABSOLUTÓRIA. SÚMULA 7/STJ. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. INEXISTÊNCIA. ART. 92, I,

Superior Tribunal de Justiça

DO CP. LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE. IRRELEVÂNCIA PARA A INCIDÊNCIA DA NORMA. PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA. EXAME DAS CONDIÇÕES FINANCEIRAS DO RÉU. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

[...]

4. Nos termos da jurisprudência desta Corte, o exame da alegação referente ao suposto exagero nos valores fixados a título de dias-multa e prestação pecuniária, exige a apreciação da situação econômico-financeira do acusado, providência incompatível com o recurso especial, conforme preceitua a Súmula n. 7/STJ.

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1664149/SC, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 18/04/2018.)

Idem:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSO PENAL. CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO. EVASÃO DE DIVISAS. OPERAÇÃO OURO VERDE. OITIVA DE COLABORADOR. LEGALIDADE. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL. AUSÊNCIA DE RESERVA DE ESPECIALIDADE. ESPELHAMENTO DE MÍDIA DE INFORMÁTICA. INEXIGIBILIDADE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO. CONDENAÇÃO FUNDADA EM OUTROS ELEMENTOS DE PROVA. DOSIMETRIA. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS. FUNDAMENTAÇÃO. PENA DE MULTA. CAPACIDADE FINANCEIRA. REEXAME DE PROVA.

[...]

7. É remansosa jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, no sentido de que "reavaliar a fixação da pena de multa implicaria no inevitável reexame do conjunto fático probatório dos autos, que se faria necessário para a apuração da situação econômica do réu. Incidência da súmula n.º 07/STJ". (REsp 781.007/PR, Rel. Min. GILSON DIPP, QUINTA TURMA, DJ 11/09/2006)

8. Agravo regimental improvido.

(AgRg nos EDcl no REsp 1504377/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 27/04/2018.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço em parte** do recurso especial e, nessa extensão, **nego-lhe provimento**.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro JORGE MUSSI
Relator

